
ENTRE *SER* SEM TERRA E SEM ÁGUA: CONFLITOS TERRITORIAIS E AS RESISTÊNCIAS DOS SUJEITOS ACAMPADOS EM PERÍMETROS IRRIGADOS EM PETROLINA-PE

BETWEEN BEING LANDLESS AND WATERLESS: TERRITORIAL CONFLICTS AND RESISTANCE OF THE SUBJECTS CAMPED IN THE IRRIGATED PERIMETERS OF PETROLINA-PE

ENTRE *SER* SIN TIERRA E SIN AGUA: CONFLICTOS TERRITORIAIS Y LAS RESISTENCIAS DEL SUJETOS ACAMPADOS EN PERÍMETROS IRRIGADOS EN PETROLINA-PE

Diego Pessoa Irineu de França¹
diego.pe.ssoa@hotmail.com

Resumo

O presente texto reflete sobre os conflitos territoriais e as resistências nas áreas dos perímetros irrigados, na região de Petrolina-PE. Nesta, a expansão de um modelo de produção mundializada de frutas, dotado de vastos recursos técnicos e financeiros, tem reconfigurado o território e intensificado a apropriação privada da terra, da água e da natureza por grandes empresas. O Capital e o Estado, ao criarem mecanismos de uso privado das áreas irrigáveis, acirram os conflitos que expressam os antagonismos entre os sujeitos que defendem o direito ao território e seus modos de vida, daqueles que buscam apenas lucrar; dos que lutam pela terra-água como meios de reprodução social e aqueles que os detêm como forma monopólio capitalista, a partir do qual impõem a precarização generalizada do trabalho. Este estudo foi construído a partir de trabalhos de campo que, além dos relatos orais, permitiram uma a vivência etnográfica da geografia conflituosa nos acampamentos Dom Tomás Balduino, Sítio Riacho e Democracia, situados no interior do perímetro Pontal-Petrolina-PE. Tais dados qualitativos são interpretados à luz de uma teoria crítica que nos desafia à inventividade ao estimular pensar o cotidiano nos seus aspectos singulares, particulares e universais.

Palavras-chave: Conflitos; territórios, resistências; perímetros; irrigados.

Abstract

This text aims to analyze the territorial conflicts and resistance in the areas of the irrigated perimeters, in the region of Petrolina-PE. In this region, the expansion of a model of globalized fruit production, endowed with vast technical and financial resources, has reconfigured the territory and intensified the private appropriation of land, water and nature by large companies. Capital and the State, when create

¹ Pós-doutor em Educação pelo PPGE-UFPB. Doutor em Geografia pelo PPGG-FCT da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Presidente Prudente-SP. Educador Popular e membro da Comunidade Ecológica Irmão Francisco de Assis (CEIFA). Prof^o substituto do curso de Geografia da UEPB - Câmpus III - Guarabira-PB. Prof^o da Rede estadual paraibana de Educação Básica.

mechanisms for the private use of irrigable areas, intensify the conflicts that express the antagonisms between the subjects that defend the right to the territory and their ways of life and those who seek only economics profits, of those who fight for the land-water as means of social reproduction and of those who hold these means as capitalist monopoly, which imposes the generalized precariousness of work. This study was built from fieldwork that, in addition to the oral reports, allowed an ethnographic experience of the conflicting geography in the Dom Tomás Balduino, Sítio Riacho and Democracia camps, both located in the interior of perimeter Pontal-Petrolina-PE. Such qualitative data are interpreted in the light of a critical theory that challenges us to inventiveness by stimulating thoughts about daily life in its singular, particular and universal aspects.

Keywords: Conflicts; territories, resistances; perimeters; irrigated.

Resumen

El presente texto reflexiona acerca de los conflictos territoriales y las resistencias en las áreas de perímetros de regadío, en el region de Petrolina-PE. En esto, la expansión de un modelo de producción frutícola mundializado, dotado de vastos recursos técnicos y financieros, ha reconfigurado el territorio y intensificado la apropiación privada de la tierra, el agua y la naturaleza, por parte de grandes empresas. El capital y el Estado al crear mecanismos de uso privado de las áreas de regadío, intensifican los conflictos que expresan los antagonismos entre los sujetos que defienden el derecho al territorio y sus formas de vida de los que solo buscan lucrar, de los que luchan por la tierra-agua como medio de reproducción social y queines a detentan como monopolio capitalista, a la que impone la precariedad generalizada del trabajo. Este estudio se contruyó a partir de trabajos de campo, además de los informes orales, permitió una experiencia etnográfica de geografía conflictiva en los acampamentos Dom Tomás Balduino, Sítio Riacho y Democracia, ambos ubicados en el interior el perímetro Pontal-Petrolina-PE. Estos datos cualitativos se interpretan a la luz de una teoría crítica que nos desafía a la inventiva al estimular el pensamiento sobre la vida cotidiana en sus aspectos singulares, particulares y universales.

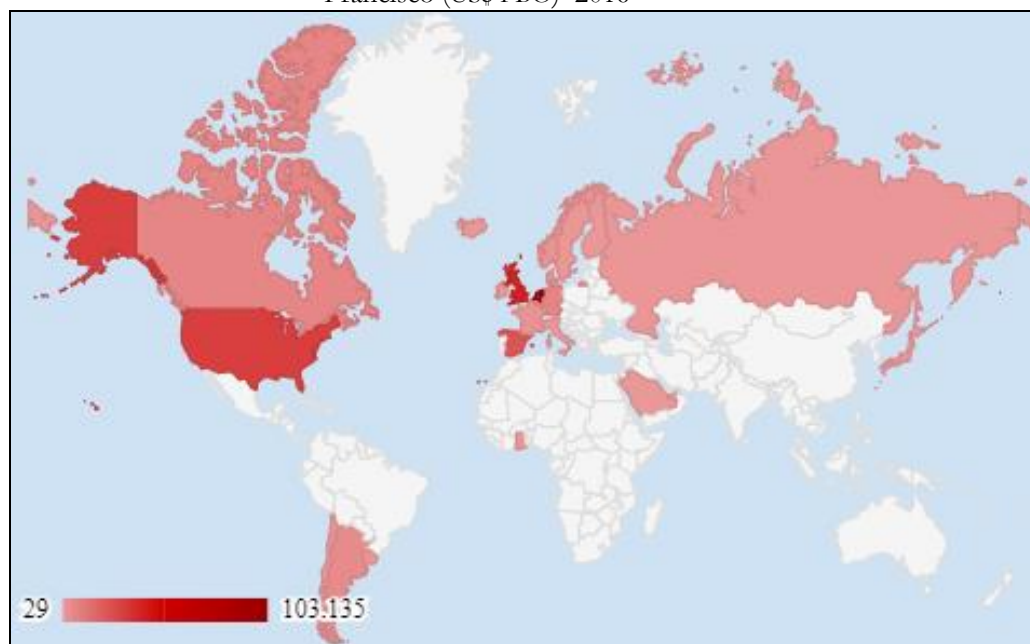
Palabras clave: conflictos; territorio; resistencias; perímetros; regadío.

INTRODUÇÃO

As multifacetadas resistências, aqui abordadas, sinalizam não apenas o questionamento das formas de *desenvolvimento geográfico desigual* impostas pelo capitalismo (HARVEY, 2020), como também denotam a necessidade e a possibilidade de caminhos alternativos ao destrutivismo imanente do capital (MÉSZÁROS, 2002). Por mais que haja uma tentativa generalizada, por parte da “racionalidade” do capital, em estabelecer a produção de *valor abstrato* enquanto finalidade da vida dos que vivem na porção nordestina do Semiárido brasileiro, diversos sujeitos sociais ao se engajarem na luta por melhores condições de vida, na luta pela permanência no território, pela terra-água e na luta pela dignidade buscam negar-se a tal dominação, demarcando novas sociabilidades e formas de (re)produção da vida, com relativa autonomia, diante da sociedade do capital.

Desse modo, o ordenamento territorial do Vale do São Francisco expressa a hegemonia da produção de valor de troca, especialmente a partir da produção mundializada de frutas (banana, abacaxi, uva, manga, melão) com destino à Europa, Ásia e Estados Unidos (Figura 1). Tais arranjos produtivos não apenas provocam rearranjos territoriais, como também tendem a suplantar a produção de *valores de uso* necessários à garantia da (re)produção social dos diversos sujeitos, que têm na terra e na água suas condições vitais. Com efeito, variadas ações de resistência, que se estendem desde às ocupações de terras, às formas de produção camponesa até os processos judiciais, afloram como reações anticapitalistas aos processos de dominação. Os acampamentos de luta pela terra-água constituem, portanto, em exemplos desses processos germinais para construção de outras sociabilidades e de luta pelo território.

Figura 1. Principais destinos das exportações de Uvas e Mangas brasileiras e do Vale do São Francisco (US\$ FBO) -2016



Fonte: Dados da Valeexport-2017. Elaboração própria.

Como analisamos, a partir da figura 1, regiões como o Vale do São Francisco – responsáveis por grande parte das exportações brasileiras de frutas *in natura* – se organizam em função do mercado externo, a despeito das populações locais que sofrem com uma escassez de bens naturais, que, por sua vez, é produzida pela lógica concentradora. Com efeito, as resistências se estabelecem exatamente contra essa imposição verticalizada por parte da lógica capitalista.

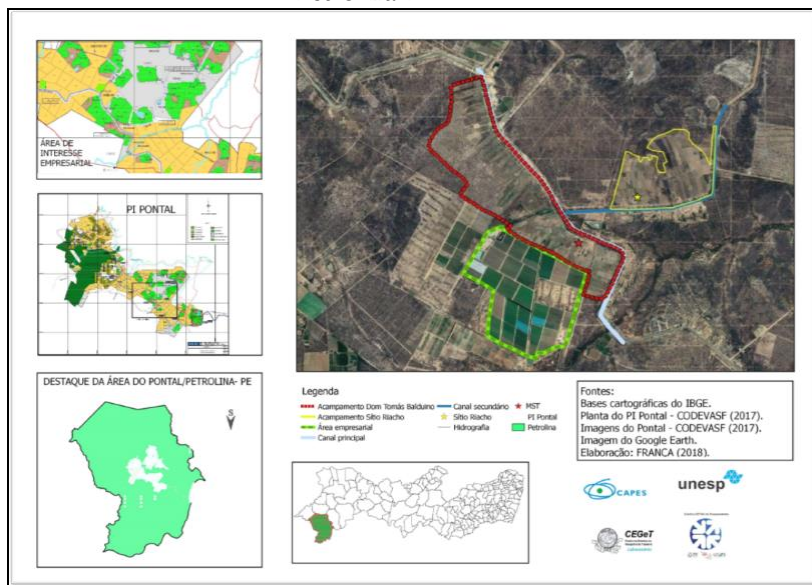
Na contramão deste quadro, as lutas emancipatórias estabelecerem relações sociais mais solidárias e repletas de sentido, ressignificando cotidianamente a própria noção de trabalho, de

território e de relação com a natureza. A existência do ordenamento territorial, implementado no Semiárido, sobretudo onde se dispunha das maiores reservas de água e terras férteis, de maneira geral, guiaram-se pelas chamadas políticas de desenvolvimento da irrigação, isto é, uma nova roupagem da *indústria da seca* (ANDRADE, 1986; OLIVEIRA, 1981), quase sempre destinadas ao estabelecimento de um padrão territorial voltado à lógica de produção monocultora (BEZERRA, 2012; OLIVEIRA, 2011, DOURADO, 2015; SOUZA, 2013, 2015; FRANÇA, 2020).

Assim, a apropriação desigual da natureza provocou desdobramentos significativos nas relações de trabalho nestes territórios, pois o processo de expropriação que decorre da construção dos Perímetros Irrigados (PI) tende a converter grande parte de camponeses produtores de alimentos em trabalhadores precarizados, configurando-se, atualmente, numa forma complexa de subordinação social e territorial, que articula simultaneamente apropriação de *valor* (via renda) e *mais-valor* (relativo e absoluto); este último extraído do assalariamento temporário e permanente.

Entretanto, esta não compreende toda a história, pois à medida que se desencadeiam os processos de dominação, inerentes a eles, emergem formas de luta dos(as) trabalhadores(as), na busca por melhores condições de trabalho, por melhores salários, por redução da jornada de trabalho, pela preservação socioambiental e, do mesmo modo, formas de resistências desenvolvidas por sujeitos coletivos e individuais situados social e territorialmente em oposição ao modelo do capital. Nosso objetivo principal consiste em entender como tais processos se materializam nos acampamentos Dom Tomás Balduino, Sítio Riacho e Democracia, todos situados no interior do Perímetro Pontal-Petrolina, compreendendo áreas de conflito que permeiam as inter-relações dialéticas entre os agentes do capital e os territórios de luta. (Figura 2).

Figura 2. Perímetro Irrigado Pontal e os conflitos territoriais entre Acampamentos e áreas empresariais - Petrolina-PE



Fonte: Elaboração própria a partir do Software Qgis 2.18.

A figura 2 expressa uma complexidade de disputas e interdependências territoriais dos diferentes agentes. Assim, as resistências à exploração exercida pelo capital fruticultor impelem os sujeitos subalternizados para uma articulação orgânica com movimentos sociais de diferentes concepções políticas, tais como Associações Comunitárias, Sindicatos, Movimento de luta pela terra etc. Estes, por sua vez, cumprem o papel de potencializar as lutas cotidianas para que as mesmas alcancem escalas mais amplas, de modo a endossar a esperança dos sujeitos subalternizados em se (re)apropriarem dos meios de reprodução da vida.

Se está na produção de valor abstrato a manutenção de relações sociais fundadas na exploração humana, certamente está na luta por (re)produzir dignamente as condições vida a possibilidade de negação real da sociabilidade do capital (HOLLOWAY, 2009). Portanto, tal processo passa necessariamente por uma nova inter-relação com a natureza e pelo estabelecimento de outra forma de apropriação territorial.

Como veremos, os sujeitos são impelidos a se rebelarem contra uma lógica de acumulação desigual, ameaçadora da própria reprodução dos seus modos de vida. Num primeiro momento, discutimos como o papel das *experiências* permitem não apenas o levantamento de um conjunto de dados primários (por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas entre os anos de 2016 a 2018), mas desponta como processo epistêmico que permite apreender e analisar as características da luta pela terra-água nos PIs. Em seguida, enfatizamos a experiência dos acampamentos e dos sujeitos a partir de fragmentos de suas histórias de vida, as quais estão, em grande medida, interconectadas aos setores de produção mundializada de frutas. Essa articulação

permite conhecer – simultaneamente às experiências dos(as) trabalhadores(as) precarizados(as) – os arranjos produtivos que ratificam as formas de exploração territorial e do trabalho. Uma opção metodológica, que será perceptível ao longo do texto, consiste em transcrever os relatos orais tal como foram proferidos pelos(as) interlocutores(as) – distanciando-nos de qualquer *preconceito linguístico* (BAGNO, 2007) –, pois contribuem na elucidação teórica ao mesmo tempo que sinalizam a materialização empírica tanto das formas de dominação quanto dos processos de resistências. Em suma, perscrutar as formas de vida, de produção e da dinâmica territorial do trabalho permite desnudar os processos de exploração e expropriação inerentes a produção e apropriação territorial exercidas pela lógica capitalista.

A EXPERIÊNCIA COMO CATEGORIA METODOLÓGICA NA APREENSÃO COTIDIANA DAS RESISTÊNCIAS

Considerar as experiências dos sujeitos sociais que lutam pelo território é algo central. Contudo, ao recorrermos ao conjunto de vivências cotidianas, seja dos processos político-organizativos, seja dos modos de vida camponês, não estamos descartando a tão necessária e fecunda necessidade da reflexão teórica. Ao contrário, buscamos o ponto de contato entre a elaboração do conhecimento e as possibilidades efetivas de transformação, já que em termos marxianos a práxis constitui o ápice de apreensão do real (MARX, 2007). Desse modo, considerar as resistências como questionamentos cotidianos da sociabilidade hegemônica do capital, consiste em problematizar axiomas tradicionais lastreados pelo (neo)positivismo e estruturalismo (no que tange a produção do conhecimento científico), bem como relativizar (à luz da realidade) concepções de mundo assentadas em formas de organização, divisão social do trabalho e das lutas sociais restritas ao ambiente urbano, fordista e fabril, uma vez que tendiam a desprezar a diversidade e a importância das lutas sociais no campo brasileiro.

O século XXI trouxe grandes mudanças nas formas de produção descentralizada e flexível, redefinindo, não apenas os territórios e a divisão territorial do trabalho, mas sobretudo as formas de organização e das lutas sociais. Tais reconfigurações se explicitam na luta de classes materializada territorialmente, como observa Thomaz Junior (2012). Para este autor faz-se necessário uma nova semântica do conteúdo inerente aos conflitos, pois diante da fragmentação do tecido social do trabalho, enquanto resultado da reestruturação do capital, alteram-se não somente os processos produtivos, mas reinventam-se as formas de resistência tradicionais, colocando para nós uma trama complexa. Tais sociabilidades não são redutíveis à esfera

capitalista, mas incorporam elementos socioculturais, memórias e saberes que fazem da terra, do território e do trabalho condições da existência (THOMAZ JUNIOR, 2012).

Sob tal perspectiva, o papel da experiência cotidiana ganha força para apreensão dos processos sociais concretos nos territórios em conflito. Há, portanto, a necessidade de considerar o cotidiano da vida dos *sujeitos comuns* enquanto elemento metodológico importante em nosso fazer científico, pois esta perspectiva marca um novo posicionamento em relação aos sujeitos e aos seus conhecimentos prévios, pressupondo um diálogo de saberes entre academia, povos e demais trabalhadores, com vistas à construção de uma nova sociedade sob assentada nos princípios do *bem comum* (RIGOTTO; AGUIAR; RIBEIRO, 2018).

O conhecimento proporcionado pela experiência empírica: em trabalhos de campo, possibilitou-nos o estabelecer outra relação na produção dos dados, como também permitiu-nos criar estratégias para tornar inteligíveis os processos histórico-geográficos que se expressam cotidianamente. Assim, tornou-se mais fértil e criativa a relação entre reflexão teórica e empiria. Ou seja, consistiu num duplo desafio: de encarar, por um lado, as lutas concretas sem cair no empirismo; e ao mesmo tempo valorizar o fazer teórico sem que isso implicasse, por outro, em nos perder no formalismo abstrato (THOMPSON, 1981).

A importância da categoria *experiência* constitui, segundo Thompson (1981), num elemento imprescindível, já que a ideia de exclusão da empiria e dos sujeitos simples do processo de conhecimento científico só interessaria a um intelectualismo que acredita que os sujeitos comuns são “estúpidos”.

Em contraposição a tal visão hegemônica, bem como por reconhecer os limites e potencialidades da experiência, o autor de *Miséria da Teoria* contribui no entendimento da relação entre cotidiano e formação do processo científico. Deste modo, considera que o conhecer e a formação da consciência permeiam um fazer descontínuo, que sofre influência dos enfrentamentos vividos pelos sujeitos. Em suas palavras:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque os homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e seu mundo. O que queremos dizer é que ocorre mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e a experiência é determinante, no sentido que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência constitui, ao que se supõe, uma parte da matéria prima aos processos de discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências. (THOMPSON, 1981, p.16).

As ideias apresentadas por Thompson (2011), em “*A formação da classe operária Inglesa*”, sintetizam bem sua compreensão do processo histórico de formação da classe a partir da dialética da ação humana condicionada pelas circunstâncias objetivas. A formação da classe consiste, por assim dizer,

[...] um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos [...]. Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’ [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente [...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são travadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência parece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 2011, p.10).

Na mesma perspectiva, Lukács (2012) evidencia a maneira que emerge a ciência a partir do pensamento e da práxis da cotidianidade, em primeiro lugar do trabalho, e sempre a este retorna, fecundando-o. Entretanto, o filósofo húngaro ressalta, ainda, que o fato de a origem de nossas representações ontológicas estar na vida cotidiana não significa que devem ser aceitas isentas de crítica, pois, a seu ver, tais representações estão repletas não apenas de preconceitos ingênuos, mas também de falsas ideias, muitas vezes provenientes da ciência hegemônica, dos meios de comunicação à serviço do capital ou dos fundamentalismos religiosos etc. Em suas palavras, no entanto,

[...] a crítica necessária não autoriza descurar desse fundamento cotidiano. O prosaico e terreno senso do cotidiano, alimentado pela práxis diária, pode de quando em quando constituir um saudável contrapeso aos modos de ver estranhados da realidade das esferas ‘superiores’ (LUKÁCS, 2012, p.30).

Através de tal compreensão que se expressa a partir dos conflitos territoriais, observamos não somente a natureza predatória do capital e seu caráter destrutivo, como o enxergamos desde a perspectiva dos sujeitos afetados, como eles(as) vivenciam tais processos. Para isso, os trabalhos de campo nos acampamentos foram indispensáveis. Nas áreas de fruticultura irrigada do

Nordeste Semiárido, sobretudo em Petrolina-PE, a territorialização do capital estabeleceu tendências gerais do seu modo de desenvolvimento desigual, à medida que intensificou a mercantilização da natureza e viabilizou a reconfiguração do processo de precarização das relações de trabalho e a destruição de modos de vida, materializados de forma particular (FRANÇA, 2020). Desse modo, os processos de trabalho formais foram alterados (modificando os ritmos, as atividades, os vínculos trabalhistas etc.), ao passo da ampliação de formas de inserção laboral precárias e de controle social.

Nesta perspectiva é que as resistências assumem um papel central, pois estão vinculadas diretamente ao questionamento da implementação do modelo hegemônico, bem como sinalizam possíveis rupturas na forma e na finalidade do uso da terra, da água, da (re)produção do trabalho e da vida no campo. Tais resistências se dão por várias dimensões e vias, se estendendo desde as práticas cotidianas de diversos sujeitos sociais, até a organização/articulação em movimentos sociais que lutam contra os imperativos do capital.

Embora, multifacetadas e multidimensionais, enfatizamos os processos de luta pela terra/água enquanto centralidade das resistências da totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, sobretudo porque tais dimensões da natureza e do território constituem elementos imprescindíveis à reprodução da vida, ao mesmo tempo, em que se encontram umbilicalmente ligadas à acumulação do *agrobidronegocio* fruticultor (THOMAZ, 2009).

Discutir as resistências da totalidade do trabalho vivo, as quais implicam considerar, diante da polissemia dos trabalhadores(as) no século XXI, as várias maneiras de resistências assumidas pela *nova morfologia da classe trabalhadora*, seja o trabalho camponês, na terra, seja o trabalho operário, na fábrica, ou até mesmo os precarizados informais, temporários etc. (MÉSZÁROS, 2002; ANTUNES, 2009, 2012, 2018; THOMAZ, 2009, 2010, 2011, 2016, HARVEY, 2016).

Entretanto, por mais que acreditemos que o mundo do trabalho seja muito distinto daquele fabril tradicional, sobretudo quando consideramos o “mundo camponês” e as relações que nele se estabelecem, não podemos descartar a importância que compõe o processo plural de resistência à exploração, bem como observar as complementaridades entre as lutas operárias e camponesas, que são desencadeadas nos territórios hegemonzados pelo capital fruticultor.

SEM TERRA E SEM ÁGUA: RESISTÊNCIAS COTIDIANAS DOS SUJEITOS

Os elementos mencionados por nossos interlocutores expressam uma particularidade adversa, estabelecida aos que vivem no Semiárido nordestino, especialmente, resultante de questões políticas e econômicas. As lutas destes sujeitos contra a *escassez produzida* pelos megaprojetos de irrigação, mais que uma questão climática, representam a atualização da indústria da seca que, mais recentemente, evidencia apropriação das águas pelo capital na América Latina. Mais que resolução dos problemas da seca, os conflitos evidenciam a ressignificação do controle e da dominação sobre os bens da natureza nesta região, bem como o caráter protagonista de trabalhadores(as) ao se oporem ao poder de um coronelismo mesclado e atualizado num capitalismo predatório.

Diante dos enfrentamentos cotidianos e da intensificação da precarização de suas vidas, tais sujeitos buscam resistir aos processos de subjugação, como sugere o relato abaixo:

Eu venho de Alagoinha Rajada, sofrido por todo canto, aonde eu acho uma melhora, um jeito de sobreviver no trabalho[...] E aqui [...] no Democracia, eu estou aqui através da água da beira do canal, num é porque sou sem-terra, aqui ninguém é sem-terra, não existe sem-terra[...]. Agora dizer assim, nós estamos aqui, a briga é feia, por água, porque no nosso lugar não tem do que a gente sobreviver. Tem que fazer é guerra mesmo! Ai para que isso não aconteça eles têm que liberar é terra para nós trabalhar, quem quer trabalhar, é ou não é?

Eu digo isso [...] e pode me processar, eu não tenho com que pagar um processo mesmo, pago na cadeia [...] (risos). Agora a verdade tem que ser dita. Os homens grandes não querem ver a gente trabalhar, aqui se não fosse ainda o mandato de Lula e de Dilma, que toda a vida trabalhou pela pobreza, nós tava uns homens morto. Do jeito que o povo estão querendo botar o povo no poder, que eles já tão, se nós não caçar um meio de tirar eles, nós estamos fudido e mal pago! Eu digo assim, pode gravar pro mode ir para a televisão! (risos). É porque no rumo que nós vamos, se nós não tivermos um trabalho desse, rapaz, um meio de arrumar umas hectares de terra para trabalhar, nós vamos ensinar o que a um filho da gente, a um neto da gente. Cadê os empregos, cadê as indústrias, então a indústria que tem para nós da roça é essa [...] É eles liberar a água e a gente paga a água, e a energia deles[...] eu mesmo não quero de graça não, se eles quiser eu pago toda hora, agora eu quero trabalhar [...] (Entrevista com trabalhador no acampamento Democracia, abril de 2017)².

O relato supracitado mostra-nos a falta de alternativa que impele vários sujeitos, que já lutavam para sobreviver da agricultura, a se desencantarem com as grandes obras hídricas, pois apesar de levarem água através dos canais de irrigação, isto é, pelas veredas artificiais criadas no Semiárido, não permitem a democratização equitativa do acesso aos bens comuns. Tal processo

² Optamos metodologicamente pela transcrição *Ipsis litteris* como nossos interlocutores relataram, conservando seus sotaques, regionalismos, suas gírias e suas palavras. Contra qualquer tipo de preconceito linguístico, não modificamos suas palavras, tampouco realizamos julgamentos gramaticais entre certo ou errado.

se configura como uma espécie de “escassez na abundância”, pois apesar dos históricos investimentos dispendidos na região semiárida, constatamos amargamente que ainda persiste grande restrição na apropriação dos bens naturais por quem mais necessita: os(as) trabalhadores(as).

Por tal razão, os acampamentos situados às margens dos canais, sejam os ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sejam às Associações Rurais (como o Sítio Riacho), sejam aos sindicatos de trabalhadores rurais (STRs) etc., representam esse mecanismo de mobilização social na tentativa de universalizar o acesso à terra com disponibilidade hídrica. Assim, os imperativos das circunstâncias fazem com que os sujeitos rompam com a passividade e com a moralidade assentada no pensamento hegemônico, o qual busca difundir a ideologia da criminalização das ocupações de terras em áreas públicas.

Os acampamentos simbolizam a ação de sujeitos sociais, que buscam restabelecer o direito à vida, ao território e ao trabalho digno acima dos processos de acumulação de riqueza, como ocorre com a apropriação territorial encabeçada por grandes empresas, as quais se articulam ao poder do coronelismo, ainda arraigado na estrutura dos órgãos estatais (a exemplo da CODEVASF e do DNOCS)³.

As ocupações de terras em áreas federais destinadas aos PIs vêm ganhando força nos últimos anos, sobretudo quando os movimentos sociais perceberam que, no interior do processo de expansão das áreas irrigadas, implementados com recursos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), surge a oportunidade de disputar espaço nestas áreas com as empresas do agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2012). (Figura 3).

³ As famílias oligárquicas no poder público e sua influência nas políticas de irrigação torna-se evidente na família “Coelho”, que se mantém no poder desde os anos 1950. Além disso, tiveram uma representação no Ministério da Integração Nacional, através de Fernando Bezerra Coelho, no governo Dilma Rousseff.

Figura 3. Ocupação de cerca de 200 famílias no Acampamento Democracia do MST/Pontal-Petrolina-PE



Fonte: Trabalho de Campo, acervo próprio. Petrolina-PE, abril 2016.

As vilas rurais vão se formando à medida que os acampamentos se instalam às margens dos canais de irrigação, forçando o surgimento de novas vias de transportes, destinadas ao atendimento das populações que necessitam deslocar-se diariamente às áreas urbanas dos projetos de irrigação e/ou para as cidades. As conversas com acampados da Associação Rural Sítio Riacho revelam a mobilidade territorial vivenciada pelos sujeitos, isto é, a plasticidade laboral a qual muitos trabalhadores estavam submetidos antes de se tornarem acampados (THOMAZ JUNIOR, 2009). É comum identificarmos trabalhadores que já haviam passado pelo Mato Grosso, por Brasília e São Paulo (no corte da cana de açúcar).

Em suma, os acampamentos correspondem a conflitos territoriais que, além de desnudarem as particularidades das contradições do capital, no que tange às relações de trabalho precarizadas inerentes à fruticultura capitalista, significam as resistências pela reprodução dos modos de vida, a esperança para o estabelecimento de uma maior autonomia do trabalho e uma “fuga” momentânea da exploração, do alto custo de vida nas cidades. Os vários relatos de trabalhadores(as) indicam uma mobilidade social entre o assalariamento (temporários/permanentes), nas empresas de frutas, e a condição de acampado na luta pela terra. Vejamos:

*Lá é assim⁴. Você tem que caçar meio fora também porque se não morre de fome. Agora quando estiver saindo os legumes aí é bom. O marido dela (da amiga) começou ontem lá na Sun Vale (empresa de fruticultura), porque tava difícil as coisas para ele. Nem que seja uma diária, já serve, né? Aí quem vai leva dois quilos de feijão, de arroz; um ajudando o outro. Para quem quer ganhar suas terrinhas tem que sofrer mesmo. Ninguém ganha nada fácil, né? Hoje em dia num tem mais não. É só os que pode; só os ricos! **Tanta terra aí e eles não doam pra quem não tem. Porque que eles têm medo de faltar gente para trabalhar para eles, eu acho.** Ninguém pode não, pegar terra de ninguém mais não. Tanta terra lá, precisando de plantar e eles não querem ceder. Deus queira que ali saia (se refere ao acampamento Dom Tomás Balduino no Pontal); todo dia eu rezo; nem que seja só um pedacinho. Para eu poder trabalhar pra mim [...] (Entrevista com trabalhadora assalariada e acampada do Dom Tomás Balduino, abril de 2016).*

O capital fruticultor apresenta esse caráter de criar as condições favoráveis para que não haja alternativa aos sujeitos a não ser a submissão ao trabalho precário. É o que fica claro no caso do controle exercido sobre as terras-águas das áreas irrigadas, pois, como bem observou nossa interlocutora acima, a reapropriação de terras – dotadas das condições técnicas e a disponibilidade equitativa das águas – poderiam gerar uma certa autonomia nas formas de produção; condição esta indesejada apenas para um sistema de fruticultura capitalista que se alimenta da apropriação do trabalho não pago, da concentração fundiária, dos recursos da natureza, bem como necessita cada vez mais de gente despojada dos meios de produção, da terra, da água, formando um exército de reserva sempre disponível a matar e a morrer por um emprego cada vez mais degradante.

O acesso à terra e à água representa a necessidade de realizar trabalho concreto, isto é, de recuperar o controle do tempo social do trabalho, a liberdade relativa sobre os tipos de culturas a serem produzidas, assim como restabelecer novas sociabilidades permeadas por uma outra relação com a natureza. Esse desejo de autonomia, mesclado nas resistências, aparece com frequência nos relatos como percebemos através de outra trabalhadora:

[...] se sair (se refere à terra no acampamento) eu quero cuidar do que é meu, mas não vou parar de estudar. Assim eu não estou envolvida lá tanto porque não tenho tempo. A gente não tem nenhuma renda, porque você sabe se a gente for pra lá (acampamento); se a gente ficar lá; eu vou ter de parar de trabalhar, ele vai ter de parar de trabalhar e a gente vai ter de começar a tirar de lá. Então, assim, a gente tá com um plano de ele ficar lá e eu ficar trabalhando (na empresa). Mas eu não quero desistir não, dos meus estudos, não. E nem quero desistir de lá. E se a gente conseguir, eu vou pra lá. Eu vou trabalhar na minha terra, eu vou trabalhar no que é meu. É meu sonho. Produzir pra mim. Para os meus filhos. Você já imaginou? Minha mãe chegar na minha roça e ela poder levar a macaxeira, acerola, banana; coisa que lá (Salgueiro-PE) tem que ralar para comprar, porque não se tem com

⁴ No acampamento Dom Tomás Balduino, localizado no PI Pontal.

tanta fartura. Quando eu conseguir eu quero que ela esteja com vida para ela ver que eu não vim para aqui em vão (Entrevista com trabalhadora assalariada e acampada no Dom Tomás Balduino, abril de 2016).

As diversas histórias de vida dos(as) trabalhadores(as) com quem convivemos expressam uma trajetória bastante plural, sobretudo em relação aos muitos enfrentamentos e dificuldades que tiveram para garantir a sobrevivência. Os lugares de origem e as atividades laborais que realizavam são variadas. Entretanto, existem também muitos desejos em comum entre sujeitos tão distintos (assalariados da indústria, migrantes, cortadores(as) de cana, informais, trabalhadores(as) urbanos etc.), como o de conquistar território para estabelecer outros modos de vida, que se constroem a partir da produção baseada numa outra relação com a natureza.

Em geral, por trás das propagandas midiáticas da fruticultura capitalista, que seria o modelo fomentador de empregos e de desenvolvimento para estas regiões semiáridas, percebemos que as relações de trabalho predominantes são os contratos temporários, os trabalhos informais, as atividades insalubres, os processos de adoecimento etc. Diante disso, muito(a)s dele(a)s buscaram alternativas de reprodução da vida em acampamentos. É o que sugere o relato de uma trabalhadora, que vivenciou a exploração nas principais empresas de fruticultura de Petrolina-PE:

[...] em 2006 quando nós viemos pra cá (ao acampamento). Aí a gente foi para um lote catar goiaba. Aí as meninas só falando, falando que trabalhava na uva, e eu era curiosa para aprender a trabalhar na uva. Aí esse mesmo patrão da gente tinha um lote de uva e tinha um lote de goiaba. Aí eu vi as meninas, trabalhando, trabalhando, e eu doída para ir colher uva. Doída, doída, doída! E a gente trabalhando na goiaba. Aí foi surgiu uma vaga para trabalhar fichado lá na Fênix, [...] ele falou com o encarregado e eu fui pra lá. Quando eu cheguei lá eu aprendi a fazer tudo bem ligeirinho. Aí trabalhei dois anos nessa fazenda [...] Aí saí de lá com dois anos [...] Aí trabalhei na Agrivale. Trabalhei três contratos de seis meses lá. Aí depois que saí da Agrivale trabalhei na São Francisco. Aí fui pro Japonês, aí depois do Japonês fui para a Liberdade [...] Aí depois quando eu saí da Liberdade, vim pra cá (acampamento). Aí chegemos aqui começamos a plantar, plantamos o maracujá, não plantamos feijão logo, num tinha condições de botar a planta para frente [...] (Entrevista com acampada no Dom Tomás Balduino-Petrolina-PE, abril de 2016).

Em outro trecho do seu relato, a interlocutora supracitada revela as principais motivações para procurar o acampamento de luta por terra-água. Geralmente, o conjunto dos entrevistados enfatizaram a questão da terra de trabalho. Contudo, alguns casos apresentam questões

subjacentes que envolvem os custos de vida urbano e a possibilidade de galgar mais qualidade de vida no campo. Assim sendo, tais sujeitos enfrentam os riscos, os medos e ressaltam os benefícios de se inserirem nas áreas de conflito:

Era porque a gente sempre quis um pedacinho de terra para a gente plantar. Nos nem pensamos no perigo, que tinha dono de terra, porque toda terra tem um dono, mas nós não pensava nisso. Nós pensava é de chegar aqui, fazer os barraco e trabaiá. Porque é perigo nós ocupar uma terra alheia que não é da gente (risos e pausa). Nós não pensamos nisso. Depois que a gente foi pensar [...] A gente via o pessoal comentando que já tinha vindo aqui dar o nome e marcado o terreno para plantar, ou para fazer o barraco. Aí eu ficava doidinha querendo vim. Até a prova é tão grande que desde de quando a gente veio pra cá, eu tenho minha casa na Vila. Eu acho que eu andei lá tá com uns dois meses, num fui nem mais lá olhar como era que tava (Entrevista com acampada no Dom Tomás Balduino, abril de 2016).

A intenção de evidenciar trechos das histórias de vida de alguns sujeitos sociais não propõe esgotar a diversidade das experiências presentes nos territórios em conflitos, mas evidenciar a metamorfose territorial do ser social e de sua condição laboral. Ou seja, os relatos expressam o processo social que faz os sujeitos transitarem das periferias urbanas aos acampamentos de luta pela terra/água (estabelecendo uma outra relação cidade-campo), da condição de assalariados a trabalhadores relativamente autônomos, bem como perceber que as transformações no mundo do trabalho, que tem a fruticultura como especificidade, reconfigura não somente as formas de atividade laboral e a sua subjetividade, mas também a práxis dos sujeitos expressas variadas formas de luta contra o capital.

UMA ETNOGRAFIA DAS RESISTÊNCIAS NO ACAMPAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO PETROLINA-PE

Como já mencionamos, a região do submédio do rio São Francisco constitui-se numa porção do território semiárido de grande expressão na produção mundializada de frutas em toda América Latina. Petrolina como principal município que compreende o Polo Petrolina-Juazeiro, conta com conjunto de infraestruturas (rodovias, aeroportos etc.) destinadas ao escoamento de frutas para o mercado interno e externo. Através de grandes investimentos públicos, expandiram-se os projetos de irrigação combinados com uma padronização territorial nos moldes das grandes empresas, por meio da manipulação biogenética, do uso intensivo dos solos, da terra e das águas etc.

Entretanto, faz-se necessário contextualizarmos historicamente a região fruticultora, do ponto de vista da luta pela terra/água, para que entendamos como se configurou não somente o

aparato territorial que deu base à fruticultura irrigada, mas identifiquemos a persistência de históricas lutas da classe trabalhadora.

Estamos cientes da multiplicidade de organizações existentes na região. Contudo, tratamos especificamente da luta pela terra, pois torna-se imprescindível contextualizar como se deu o processo de luta encabeçado pelo Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região de Petrolina. De acordo com um dos seus dirigentes, essa história iniciou da seguinte maneira:

[...] a gente inicia nossas ocupações lá pelo litoral e se avalia que dentro do estado de Pernambuco, também haveria uma grande região, que era a região dos sertões aqui, que tá caracterizado como sertão de Pernambuco que tinha um grande contingente de família que trabalhava no mesmo processo do pessoal da Zona da Mata, mas um processo diferente na fruticultura irrigada. [...] E que haveria aqui um grande latifúndio [...] nós fincamos nossa bandeira de luta aqui no ano de 1995. Foi a primeira ocupação que nós fizemos, aqui nesta terra, aqui nesta beira de rio. Então, foram duas mil duzentos e quatro famílias [...] (Entrevista com dirigente do MST, Petrolina, abril de 2016).

Nosso interlocutor se refere ao município de Santa Maria da Boa Vista-PE⁵, que nos anos 1990 foi palco de grandes conflitos fundiários, resultando na desapropriação e na criação de 18 áreas de assentamentos rurais, destinada a mais de 2 mil famílias. Além destas, existem duas áreas de acampamentos, ainda hoje persistentes na luta, o que faz de tal município o mais significativo do ponto de vista de áreas de reforma agrária, onde atualmente há uma “estrada da reforma agrária”. Ainda conforme nosso interlocutor supracitado:

[...] essa terra que hoje foram devolvidas aos trabalhadores eram terras pertencentes a famílias descendentes de quilombolas. Então com essa questão onde [...] os pais vão morrendo, vão passando para os filhos, os herdeiros vão herdando a terra [...] eles acabaram vendendo essa terra para as multinacionais. Por exemplo, esse assentamento aqui⁶ produzia tomate, muito tomate [...] então nós chegamos aqui com a estratégia de ocupar. Deste assentamento nós fizemos três assentamentos. Essas duas mil duzentos e quatro famílias acampadas nós distribuimos em seis assentamentos. Que foi o assentamento Vitória que chega logo aqui perto, o assentamento Boqueirão, Catalunha, São Francisco no município de Petrolina, mais dois assentamentos no município de Cabrobó e um em Petrolândia (Entrevista com dirigente do MST da região de Petrolina, de abril de 2016).

O que percebemos é que a estratégia do MST em ocupar as áreas de PIs, além de configurar-se enquanto contestação da forma desigual como tem sido desenvolvida as políticas de

⁵ Um dos municípios que compreendem o Polo Fruticultor Juazeiro-Petrolina.

⁶ Refere-se ao assentamento denominado Safra, que consiste num PA pioneiro do que se refere a projetos de irrigação para pequenos irrigantes de áreas de reforma agrária.

irrigação, tem como objetivo fortalecer outras áreas de luta que pairam na região semiárida do Vale do São Francisco, onde a constante especialização na produção de algodão, tomate, cebola e frutas também significou um intenso processo expropriatório e concentrador do território e dos mananciais hídricos. Como vemos no relato abaixo:

[...] os conflitos que estão havendo nas áreas de PI são por parte basicamente do governo federal que não entendeu ainda a lógica do PI. Aqui no Pontal Sul, a lógica que eles têm do PI do Pontal Sul não contempla, nem tampouco a ideologia que nós defendemos e o padrão da região. A empresa que ganhou a licitação para coordenar o PI do Pontal Sul, pela experiência nossa do movimento Sem Terra, ela delegou 100% para reforma agrária. No qual nós aceitamos, né? A gente tinha 30%, e pular para 100% de assentados é uma vantagem muito grande. Mas quando nós fomos avaliar a empresa que ganhou tinha uma outra concepção de reforma agrária, que era um retrocesso na questão da reforma agrária. Ele queria assentar o pessoal da reforma agrária, queria dar casa para o pessoal, dar terra para o pessoal trabalhar e coordenar todo o processo via empresa. Então, logo de pronto, nós não aceitamos o Pontal Sul, que até então não estava ocupado e revertemos o processo. Ocupamos o Pontal Sul para dizer que o nosso projeto de reforma agrária vai para além daquilo que está proposto na questão dos PI. Então o Pontal Sul para nós hoje, significa uma estratégia tanto do ponto de vista da luta pela terra quanto do ponto da luta ideológica [...] (Entrevista com dirigente do MST de Petrolina, abril de 2016).

Nesta mesma perspectiva, outro integrante do MST acrescenta que participou das ocupações sucessivas no PI Pontal, bem como do conflituoso e similar processo de ocupação do Perímetro Salitre-BA, em Juazeiro-BA; caso estudado em detalhes por Dourado (2015) e cujo desfecho não foi favorável aos trabalhadores. Retomando a questão do Pontal, o dirigente desenha um panorama de como o movimento compreende essa problemática dos PIs para os(as) trabalhadores(as) no Semiárido:

[...] nessa região também tem muitas famílias que são Sem Terra[...] Por isso que o MST tem incentivado [...] tem avançado por essas áreas onde o governo tem investido bilhões de reais, de recursos públicos, para poder repassar para o agronegócio [...] então nós queremos retomar essas áreas, esses grandes projetos como a transposição do rio São Francisco, como o salitre na Bahia, como o Pontal Sul [...] que possam ser transformados em grandes projetos de reforma agrária, porque vai assentar muitas famílias e vai produzir o que o povo brasileiro precisa, que é alimento. Então o Pontal Sul entra dentro deste histórico[...] a gente fez uma das maiores ocupações [...] no Pontal Sul a gente fez um trabalho de formação com a sociedade de Petrolina, de Alagoa Grande[...] essa região toda de Juazeiro da Bahia[...] conseguimos levar mais de 2 mil famílias. Foi uma luta histórica. É uma área federal e a gente teve muita repressão [...]. Por exemplo, a polícia dava despejo hoje, e amanhã a gente reocupava (Entrevista com dirigente do MST, abril de 2016).

Mesmo identificando os altos e baixos enfrentados pelas lutas, paradoxalmente, na era dos governos progressistas, nosso interlocutor supracitado deixa evidente que por se tratar de áreas

de grande interesse para o capital e grupos oligárquicos os PIs poderiam servir enquanto meios de fortalecer outras lutas, sobretudo por potencializarem as reivindicações dos sujeitos junto aos órgãos de planejamento (como a CODEVASF). Tal fato nos remete a pensar que as lutas ali materializadas, na escala local, não necessariamente estariam voltadas à obtenção daquela área de terra específica, mas corresponde a estratégia de maximizar as lutas em outros níveis. Acompanhemos outro trecho narrado por nosso interlocutor:

Então foi enfraquecendo a luta, porque em 2010, 2011, 2012, o governo, cada vez mais que a gente negociava não dava nenhuma perspectiva as famílias. O resultado disso tudo é que a gente conseguiu a partir do Pontal Sul, a gente fez vários acampamentos na região de Petrolina [...] a gente fez vários outros assentamentos que já é fruto dessa luta desde 2007 [...] e a partir de 2013 a gente traçou uma nova estratégia, e a gente acabou retomando essa perspectiva de ocupação no pontal sul. E a gente ocupar o máximo de áreas que tem, que já são das empresas [...], para poder pressionar o governo, para poder fazer projetos de reforma agrária para assentar as famílias que a gente tem acampadas na região de Petrolina. Tem uma família histórica na política de Petrolina, os Coelhos, é muito arrogante e não aceita [...] que aquela área possa ser um projeto de reforma agrária. É muita luta, ainda não tem uma perspectiva concreta que aquelas famílias vá conquistar a área, mas nós estamos em negociação com o governo federal. (Entrevista com dirigente do MST, abril de 2016).

Mesmo que não representem nenhuma garantia de que estas áreas em conflito se convertam em assentamentos, pois os megaprojetos atendem aos interesses de políticos e oligarquias que hegemonizam as instituições públicas responsáveis por implementar os PIs, não podemos negar que os acampamentos representam, apesar das contradições, um valioso processo de resistência contra a subordinação do trabalho ao capital. Nesta perspectiva é que a leitura realizada a partir dos conflitos territoriais, com ênfase no trabalho, permite-nos compreender uma trama de relações sociais articuladas às diversas dimensões e escalas.

Assim, enxergamos que no mesmo território constituído hegemonicamente pela dominação do capital fruticultor florescem processos de resistências bastante contundentes, estabelecidos tanto pelas ações dos movimentos sociais quanto a partir de práticas socioculturais e relações sociais de produção. Estas, por sua vez, são encabeçadas por homens e mulheres *comuns* (Gramsci, 2016) cujas experiências de luta cotidiana expressam forte predisposição à insubordinação.

Portanto, acampamentos como o Dom Tomás Balduino, Democracia e Sítio Riacho surgem num contexto em que se tornou necessário garantir o direito aos meios de reprodução da vida, como forma de fugir do processo de precarização e subordinação ao capital. Além da conquista de acesso à terra/água, as lutas pelo território têm significado uma possibilidade ampla

de resistência para vários segmentos de trabalhadores(as), ligado(a)s de alguma maneira à fruticultura, mas que, ao mesmo tempo, reivindicam um modo de vida mais autônomo e repleto de sentido.

LUTA PELA TERRA E MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO

Como veremos, com maior ênfase que os processos de mobilidade do trabalho, expressos nos relatos, quase sempre se referem à resistência dos sujeitos ao tempo de trabalho determinado pelas empresas, com suas normas e seus ritmos, típicos de um modelo agrícola racionalizado pelo tempo do capital. Desta maneira, os mesmos sujeitos que se subordinam parcialmente ao tempo cronometrado para atender a uma necessidade prática de sobrevivência, também buscam diversos meios de atenuar os efeitos do sistema de controle social recaídos sobre suas vidas. Como se vê no relato a seguir:

Quando eu tava na empresa (se refere à empresa de grande porte), a gente pegava o ônibus de seis horas da manhã, e chegava cinco horas, porque largava de quatro horas e quando chegava em casa já era cinco horas. E aqui a gente não tem hora marcada. A gente acorda, toma café e vamos pra o trabalho. Termina o trabalho, também não tem hora marcada. Terminou vem pra casa. Tem muita diferença. Na empresa você não pode nem se sentar. Por exemplo, se eu tiver cansada, estou raleando [...] se eu sentir uma dor alguma coisa assim, eu tenho que ficar me segurando. Eu não posso sentar. E aí pra você dizer assim, ah! Eu estou sentindo uma dor e eu tenho de parar. Não para! Só se for uma coisa que desmaie e aí eles pegam e lbe levam. Nós passava o cartão, sete hora, ia pra roça. Doze hora, quando voltava passava o cartão de novo. Aí uma hora que voltasse para a roça, passava o cartão de novo. Quatro horas, passava pra ir pra casa. (Entrevista com acampada-(ex)assalariada. Dom Tomás Balduino, junho 2017).

O interessante dos relatos expressos pelos sujeitos que estão nessa transição entre o assalariamento e a vida na terra é que suas experiências compreendem a distinção dos processos de trabalho, os quais são realizados no âmbito empresarial e no âmbito da terra “própria”. Embora não sejam uma terra de titularidade camponesa, os acampamentos contribuem para o estabelecimento de outras sociabilidades que são propiciadas pelos territórios de luta. Mesmo não constituindo numa emancipação completa, por estarem ainda subordinados pela apropriação da renda e de mais-valor, podem atenuar as condições de vida de sujeitos sociais, cujo históricos estiveram quase sempre marcados pela exploração.

O fato de não terem “mando” sobre a totalidade de seu tempo, para usar uma palavra repetida pelos acampados, permite que muitos não tenham problemas em regular suas atividades pelas tarefas diárias, tal como sugere Thompson (1998) ao descrever as resistências de sujeitos

sociais, cuja orientação do tempo era guiada pelos elementos da natureza que os envolviam. Para o autor inglês:

A notação do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas. Talvez seja a orientação mais eficaz nas sociedades camponesas, e continua a ser importante nas atividades domésticas e dos vilarejos. É possível propor três questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível que o trabalho de horário marcado. O camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre ‘trabalho’ e ‘vida’. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e passar o dia. Terceiro, aos homens acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude para com o trabalho parece perdulária e carente de urgência (THOMPSON, 1998, p. 272).

As características enfatizadas por Thompson (1998) mostram os aspectos que tornam o tempo de trabalho submisso aos imperativos de um empregador, distinto daquele em que os sujeitos dispõem de autonomia relativa. Este tempo, quando relacionado à produção de valor abstrato deverá ser usado de forma “racionalizada” e intensa para que não haja desperdício. Ao passo que o empregador fará de tudo para que sua força de trabalho realize o máximo de atividades, já que sob a lógica do mais valor: “ninguém passa o tempo, e sim o gasta”. “Na sociedade capitalista madura [...] é uma ofensa que a força de trabalho passe o tempo” (THOMPSON, 1998, p.298).

Mesmo que consideremos a especificidade (histórica e geográfica) do processo sob nossa preocupação, em relação ao fenômeno analisado por Thompson (1998), é possível perceber similaridades relacionadas aos seguintes princípios: o controle do tempo de vida e trabalho “autônomo” que encontramos nos territórios de luta. Como revela outro sujeito acerca da vida no acampamento: *o meu motivo de tá aqui é o sossego e conseguir uma terra para trabalhar [...] aí você vai fazer o que você sabe [...] o que você aprendeu durante esse tempo todo, vai usar para você [...]* (Trabalhador acampado-assalariado no Dom Tomás Balduino, 24 de julho de 2015).

Vale ressaltar que a autonomia do trabalho existente nos territórios hegemonicamente dominado pelo capital, só pode se expressar relativamente, mesmo que consideremos uma distinção substancial entre o trabalho que reduz os sujeitos meramente em mercadoria. Há um grande mérito dos estudos que, sob influência dos *narodistas russos*, enfatizaram a importância do trabalho autônomo do campesinato, cujo modo de vida está centrado especialmente nas

necessidades da família, na divisão de trabalho singular, nas relações com natureza, bem como em seus saberes perpassados pela memória, há várias gerações (SHANIN, 2005; CHAYANOV, 1981). Entretanto, não é nossa intenção pensar através de categorias rígidas a experiência dos conflitos em torno da fruticultura capitalista. Neste sentido, considerar a *plasticidade do trabalho* nos termos de Thomaz Junior (2010a), significa entender que os mesmos sujeitos que podem ser, simultaneamente, “camponeses” e “operários”, encabeçando lutas em várias frentes: desde as greves até a luta pela terra/água.

A respeito das questões que envolvem a interconexão entre processos contraditórios (mas articulados), aquilo que Marx (2013) chamava de unidade dialética, torna-se pertinente as observações de Thompson (1998) sobre conversão do tempo de trabalho em dinheiro e da reprodução de relações de exploração, permitindo relativizar a ideia de autonomia total do trabalho na sociedade do capital, independente do setor produtivo a que esteja se referindo.

[...] a questão de orientação pelas tarefas se torna muito mais complexa na situação em que se emprega mão de obra. Toda economia familiar de pequeno agricultor pode ser orientada pelas tarefas; mas em seu interior pode haver divisão de trabalho, alocação de papéis, e a disciplina de uma relação de empregador-empregado entre o agricultor e seus filhos. Mesmo nesse caso, o tempo está começando a se transformar em dinheiro, o dinheiro do empregador. Assim que se contrata mão de obra real, é visível a transformação da orientação pelas tarefas no trabalho de horário marcado (THOMPSON, 1998, p. 272)

Nesta perspectiva a lógica hegemônica pode penetrar e ser questionada em vários interstícios e escalas da reprodução social, pois como lembra Mészáros (2007), além de coisas materiais, o capital consiste numa relação social repleta de valores, cultura, ideologia, símbolos, os quais estão atrelados ao estabelecimento do controle aos diversos sujeitos e territórios.

Entretanto, não estamos sugerindo retomar as mistificações das teorias que previam inexoravelmente a proletarização camponesa, como se vê em Kautsky (1980), mas enfatizando o fato de que o simples acesso à terra não garante que os sujeitos estejam completamente imunes de serem subordinados à lógica destrutiva do capital.

Se é certo que o capital fruticultor não pode determinar integralmente o trabalho camponês; ditar o que deve plantar, tampouco que tipo de sociabilidades devem desenvolver, não se pode negar a influência externa que exerce quando os sujeitos são induzidos a produzir determinadas culturas para o mercado. Ou até mesmo quando tais trabalhadores(as) se submetem ao assalariamento para atender uma necessidade prática de reprodução social, como temos visto nos vários relatos dos acampados-assalariados e dos assalariados-acampados.

Se a experiência concreta dos conflitos territoriais na fruticultura permite-nos relativizar a ideia de que existe um território totalmente autônomo, em relação ao tempo de trabalho, ao mesmo tempo, nos possibilita descartar a possibilidade de um controle absoluto exercido pelo capital, à medida que o processo histórico concreto revela a existência contraditória tanto mecanismos de resistências, no *locus* da exploração, quanto reprodução de formas de dominação embrionárias, no âmbito dos territórios de luta.

Quando na convivência com determinados sujeitos acampados identificamos que alguns reproduziam práticas não correspondentes à sua condição real, como o uso de venenos por alguns camponeses, notamos que se tratam de práticas (ou valores) que foram impostas de fora e assimiladas acriticamente (GRAMSCI, 2014). Como entender, então, estes atos particulares sem cair no risco da culpabilização moral dos indivíduos singulares? O fato de eventualmente utilizarem algum tipo de veneno ou insumos agrícolas fazem dos camponeses signatários da assim chamada Revolução Verde tal como denunciou Carson (2010)?

Tais fatos podem ter relação com circunstâncias materiais ou até mesmo estarem relacionados à imposição ideológica hegemônica⁷, que faz com que tais sujeitos internalizem um discurso ou prática alheios a si (GRAMSCI, 2014). Isso explicaria os casos de trabalhadores(as) que são induzidos(as) a assumirem o discurso empresarial, quando se entendem como colaboradores, bem como nos casos de pequenos produtores que ainda fazem uso de agrotóxico, embora em menor proporção, comprometendo seu próprio modo de vida e colocando em risco a saúde individual e coletiva. Não podemos esquecer que a padronização imposta pela modernização conservadora, condicionando os financiamentos da produção ao pacote “tecnológico”, bem como a própria alteração do ambiente natural e a consequente perda da biodiversidade, criou um cenário adverso aos produtores camponeses.

Em ambos os casos, essa assimilação ingênua tende a obscurecer a dominação exercida pelo capital sobre os (as) trabalhadore(a)s e sobre a natureza. Nestes casos, acontece algo semelhante ao que Gramsci observou a respeito da “consciência contraditória” dos sujeitos:

Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com seu agir. É quase possível dizer que tem duas consciências teóricas [...]: uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade;

⁷ Gramsci, ao tratar sobre o poder das ideologias, se reporta a afirmação de Marx de que uma persuasão popular tem com frequência, a mesma energia de uma força material, ou algo semelhante [...]” e complementa: [...] “as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais” (2014, p. 238).

e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica (GRAMSCI, 2014, p.102).

Mesmo que tal distorção na consciência possa gerar uma certa tendência à passividade diante dos processos de exploração, quase sempre a práxis traz à tona a real condição dos sujeitos coletivos, que compartilham condições semelhantes de trabalho precarizado na fruticultura capitalista. Assim, os espaços de socialização, que podem ser os parreirais de uva ou os acampamentos, podem contribuir para o surgimento de ações contestatórias, à medida que a autoconsciência “não é um dado mecânico, mas um devir histórico” (GRAMSCI, 2014), fazendo com que determinados sujeitos se reconheçam enquanto classe em oposição a outros cujos interesses divergem, tal como sugeriu Thompson (2011).

Ora, é nesse sentido que não se pode negar a constante reinvenção das resistências ao assumirem as mais diferentes formas e dimensões nos conflitos territoriais, diante dos processos de acumulação no agrohidronegócio fruticultor. Ou seja, os sujeitos singulares, como mostra experiência dos acampamentos Dom Tomás, Sítio Riacho e Democracia (e tantos outros), cujas histórias de vida foram marcadas pela exploração de suas capacidades físicas e mentais, buscam de alguma maneira, na luta pelo território, conquistar uma autonomia relativa do trabalho e de negar a sociabilidade fundada na exploração capitalista.

As resistências também podem ser percebidas quando alguns trabalhadores(as) simplesmente se recusam a se sujeitar novamente à condição de assalariamento precário, em função de disporem de outras fontes de renda, que os permitam dedicar-se ao trabalho autônomo na terra. É o que sugere o relato abaixo:

Aqui foi em várias [empresas] que eu trabalhei. Ai depois que eu me aposentei o povo tudo atrás ai eu disse: vou nada agora eu tô aposentada (risos). (os empregadores diziam) Mas a senhora vai dona [...] agente não ficha a carteira da sra. [...] Tem uma firma ali que fiz cinco contrato, minha carteira tem (os empregadores insistiam). A gente não vai fichar a carteira da sra. O aposento não tem nada a ver com o trabalho'. Ai, aqui e acolá eu dava uma diarinha de serviço (Ex-trabalhadora da Uva, trabalho de campo acampamento Dom Tomás, julho de 2015).

Tais experiências que vivenciamos no acampamento Dom Tomás Balduino consistem em estratégias de reprodução da vida para os trabalhadores(as), que por diferentes razões estiveram durante muito tempo submetidos à exploração do trabalho. É o que sugere o cotidiano dos vários sujeitos, os quais experienciaram relações de trabalho como: meeiros, foreiros, assalariados etc., e, posteriormente, se inseriram na luta pela terra com a intenção de ter um “pedaço de chão” próprio (MOREIRA, 1997). Acompanhemos o que diz nosso interlocutor:

[...] porque pra você viver encabrestado fica meio ruim. Se for uma coisa assim liberado. Que seja 6 ha de terra e que você planta 3 pra você e 3 para a empresa. Que a empresa seja uma empresa que não queira só sugar as pessoas. Eu sou de acordo também. O que eu quero é que a gente consiga nosso objetivo, terra para trabalhar, porque a gente não sabe fazer outra coisa [...] na minha idade mesmo, eu falo de mim, qual é a firma que vai pegar uma pessoa com 60 anos? [...] E eu vou viver de que? Tem que viver assim [...] pedir a Deus que dê certo [...] desde os 8 anos de idade que eu trabalho, eu nunca peguei um serviço mole na minha vida [...] todos os empregos que eu pegava era em construção civil [...] esses canais aqui [...] eu comecei do começo desse canal aqui [...]. Só nesse canal aqui eu trabalhei fichado 4 anos (Entrevista com acampado D. Tomás Balduino, abril de 2016).

Durante a experiência nesta localidade, convivendo com a rotina das pessoas que se deslocavam do trabalho até as escolas, dos povoados próximos até às cidades, percebemos que os acampamentos também se constituem numa localização estratégica para os que trabalhavam nas empresas. Para muitos, morar no Dom Tomás Balduino, no Democracia ou no Sítio Riacho pode representar uma redução significativa nos custos de vida que teriam de arcar se morassem nos vilarejos ou em Petrolina-PE (como água, luz, aluguel etc.).

Tal fator locacional esteve muito presente nas várias entrevistas que realizamos e pode ser exemplificado a partir da experiência de uma trabalhadora, de 37 anos, natural de Dormentes-PE, município de economia rural de sequeiro, com cerca de 19 mil habitantes. Nossa interlocutora, ao contar um pouco de sua vida, informou-nos que antes trabalhava de empregada doméstica. Veio para o acampamento, inicialmente, apenas nos fins de semana, com a intenção de trabalhar e depois ficou definitivamente. Trabalhou por algum tempo em colheitas de goiabas, nas fazendas da região, até fixar-se com carteira assinada na fazenda Ibatuba (exportadora de uvas), onde trabalha formalmente há mais de um ano.

Neste sentido, a luta pelo território ganha novos contornos para estes sujeitos, ora confundindo-se enquanto luta pela moradia (por morar num assentamento de reforma agrária), ora como luta pela terra-água. Isso ajuda a entender alguns fatores que motivam grande quantidade de pessoas vindas dos municípios circunvizinhos ao Polo fruticultor para trabalhar nas produções de frutas que se avizinham aos acampamentos. Por um lado, mostra o estado de precariedade dos(as) trabalhador(as) da fruticultura, que para se reproduzirem se veem obrigados(as) a reduzirem os custos com suas próprias condições de moradias.

A relação entre o acampamento e às empresas, através do que poderíamos denominar de assalariados-acampados, revelam as particularidades da era flexível do capitalismo estabelecidas pela fruticultura mundializada no século XXI, bem como expressa uma nova configuração tanto do lugar da produção quanto da reprodução da força de trabalho.

Os sujeitos, longe de possuírem garantidas as condições básicas, que permitam sua reprodução social, são obrigados pelas circunstâncias a pauperizar suas próprias condições de existência e manter suas famílias com o parco salário que ganham nas fazendas. É assim que os acampamentos também representam um lugar de luta por moradia, luta por terra/água e luta pela autonomia relativa do trabalho. Os que não trabalham como assalariados(as), vivem de plantações, aposentadorias, outras transferências de renda, trabalhos temporários etc. É o que relata nossa interlocutora:

Eu comecei trabalhar tem sete anos, dentro de empresas de uva. Porque aqui é assim. Você tem sua casa. Você trabalhar dá pra comer, dá para vestir, dá para pagar energia. Mas é o máximo que dá. Para você juntar dinheiro de empresa, você só junta quando trabalha um ano, dois anos, que ali você pega o FGTS seu e o seguro. Você pega cinco parcela do seguro. Aí com aquele seguro você compra um transporte, um terreno. E ali você vai trabalhando e o que sobra da feira você vai juntando e empregando em bloco e em saco de cimento, até quando você consegue ter uma casinha pra você. Mas se você for levar a vida só pagando aluguel [...] é caríssimo pagar aluguel aqui. O mais barato que você encontra é 180 reais [...]. Já é melhorzinha as casas é lá onde eu moro na 25 (Projeto M^a Tereza), mas é caro. (Perguntei se a água, nas casas do vilarejo são tratadas). É nada. A gente faz é tratar. Os agentes de saúde passam, aí deixam assim com o vidro de cloro. (Entrevista com trabalhadora da fruticultura de Uva, abril de 2016).

Como podemos perceber, existe um conjunto de condições objetivas que proporcionam a manutenção da vida e que são atenuadas pelo modo de vida camponês, à medida que morar em acampamentos gera uma certa condição de sobrevivência em relação às cidades e/ou às vilas existentes nos PIs.

Entretanto, seria equivocados reduzirmos a luta pela terra/água meramente a fatores de ordem imediata, desconsiderando as complexas relações sociais, culturais, os costumes e a maneira dos sertanejos(as) de pensar o trabalho na terra e a convivência no semiárido. Além disso, tais sujeitos imersos nos conflitos territoriais estudados se articulam a um amplo processo de resistências, protagonizado pelos movimentos sociais pela (re)apropriação social dos bens comuns e por outras formas de reprodução social opostas ao capitalismo.

Nos acampamentos desenvolvem-se diferentes tipos de produção agrícola, bem como diversas formas de sociabilidades cotidianas, a exemplo do pertencimento e das relações de solidariedade (como os mutirões nas lavouras, na construção de casas, nas vigílias etc.). Para muitos observadores desavisados, os acampamentos se limitariam a um lugar onde reina a precariedade da vida, já que não conseguem perceber além da aparência das casas de pau a pique e do estigma construído sobre os movimentos sociais, como MST, no Brasil.

Nosso esforço constitui, contrariamente, em pensá-los enquanto expressão das contradições existentes no mundo do capital, à medida que sinalizam mecanismos germinais de luta por autonomia do trabalho. Em outros termos, significam um nascedouro de outra perspectiva produtiva e de convivência com a natureza no Semiárido, que foi negada pelo modelo hegemônico da irrigação capitalista. Trata-se da possibilidade de realização de trabalho “concreto” no qual os sujeitos se reconhecem no seu produto objetivado.

Se é verdade que os(as) trabalhadores(as) rurais não estão livres completamente do modelo hegemônico, sobretudo em relação ao assalariamento precário, a subordinação da renda da terra e ao uso de agrotóxicos, não há dúvida que os modos de vida desenvolvidos em tais territórios evidenciam outras relações de trabalho e modos de vida substancialmente distintos da sociabilidade do capital.

Tais relações são recriadas a partir dos processos de contínua luta contra a sujeição ao capital, bem como contrastam com relações de exploração, assentadas no valor de troca e na redução da humanidade ao fim da *forma dinheiro*. A construção de novas sociabilidades que se baseiam na generosidade e nos princípios agroecológicos, visando não reduzir os alimentos, a vida e o trabalho à mercadoria. Nos frutos da terra e na convivência com a natureza está o meio que deve servir ao homem e à mulher coletivo(a)s enquanto forma de combater relações destrutivas que, ao se estabelecem na fruticultura capitalista, estão assentadas na privatização dos bens da natureza, na precarização do trabalho e na recriação exponencial da miséria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de sociabilidades humanizadas pode ser percebido, de maneira particular, nas práticas que se materializam em várias frentes de produção e relações sociais e socioculturais nos acampamentos. Desde as atividades cotidianas de fazer comida, conversar com a vizinhança, em baixo das árvores, aconselhar aos colegas, cuidar dos netos etc., mostram como o tempo tende a passar conforme as necessidades, mesclando tempo de vida e de trabalho (THOMPSON, 1998). Isso ficou claro quando, em nossa experiência, a necessidade de *terra-água*, não apenas expressou uma necessidade objetiva, mas também o sentimento de pessoas que se mostravam orgulhosas com o produto de suas mãos: a diversificada produção de jerimum, maracujá, milho, fava, pimenta, cana caiana etc.

Através dos relatos obtidos pela experiência etnográfica imersa na luta pelo território, percebemos diversos tipos de solidariedade que permeiam os territórios de luta. Os mutirões para

o preparo da terra, as ajudas mútuas na construção das casas e a troca de saberes consistem em relações muito presentes na experiência dos acampamentos. Tais relações só expressam a resistência de vários modos de reprodução social e sociabilidades que foram desenvolvidas historicamente por sertanejos e sertanejas, e que não foram completamente apagadas pela história do modelo hegemônico, coexistindo contraditoriamente no seio das relações capitalistas.

A história territorial do Vale do São Francisco desenvolveu-se sob a sombra da “violência do saque e do roubo”, parafraseando e atualizando as ideias de Marx (2013). O processo existente nos diferentes momentos em que o desenvolvimento do modelo de irrigação significou expropriação em massa de comunidades tradicionais, impactadas pelos megaprojetos de infraestrutura que, mesmo sob a roupagem de “modernos” e amparados no ideais de “desenvolvimento”, combinaram formas oligárquicas e arcaicas (de regimes de trabalho, de grilagem de terras e concentração fundiária) ao processo de reprodução do capital.

Em tal contexto, pensar os PIs e a fruticultura capitalista mundializada, sob o prisma dos conflitos territoriais significa, antes de tudo, apreender que sua dinâmica se encontra atrelada ao complexo processo destrutivo-expropriatório, inerente à lógica que estrutura o capital. Tal fato pode ser percebido à medida que tal modelo se expandiu por áreas diversas, redefinindo contraditoriamente formas de vida, de organização social, de culturas e de relações de trabalho.

Neste sentido, pensamos que os acampamentos de luta trazem consigo a memória dos expropriados pelos megaprojetos de irrigação, bem como expressam as resistências de diversos homens e mulheres precarizada(o)s no processo de dominação territorial. A privação de acesso ao território continua, para muitos sujeitos, criando as condições de precarização generalizada da vida, tornando atuais (*mutatis mutandis*) as palavras de Euclides da Cunha para entendermos algumas formas opressão da vida circunscritas nos “Sertões” irrigados da atualidade: “O martírio do homem [...] é reflexo da tortura maior, mais ampla, abrangendo a economia geral da vida. Nasce do martírio secular da terra” [...].

Assim, podemos dizer que os conflitos territoriais simbolizam a síntese do processo de luta de classes emergente do seio da totalidade contraditória da reprodução do capital. Há, portanto, uma interdependência entre os sujeitos sociais e os movimentos imersos no mesmo processo. Em suma, a dominação territorial e as resistências, a realização de trabalho concreto *versus* a subordinação da renda da terra, o assalariamento e a coexistência dos acampamentos constituem o complexo processo que permeia os conflitos territoriais impulsionados pelo agrohidronegócio fruticultor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. A intervenção do Estado e a seca no Nordeste do Brasil. In: **Revista de economia Política**, Vol. 6, no 4, outubro-dezembro de 1986.

ANTUNES, R. As lutas sociais e o socialismo na América Latina no século 21. In: Galvão, Andréia; Amorim, Elaine, Júlia Gomes e Souza, Galastri, Leandro. (Orgs.) **Capitalismo, crises e resistências**. 1ª ed. São Paulo: outras expressões, 2012. Pp.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho. In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). **Infoproletários**. São Paulo, Boitempo, 2009.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2007.

BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste Semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Antônio Thomaz Júnior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho- Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2012.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: Silva, J. G. da; Stolcke, Verona (org.) **Questão agrária**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CUNHA, E. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DOURADO, J. A. **Das terras do sem-fim aos territórios do Agrohidronegócio: conflitos por terra e água no Vale do São Francisco (BA)**. Tese (Doutorado em Geografia). Orientador: Antônio Thomaz Junior. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho-Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2015.

FRANÇA, D. P. I. A financeirização da natureza e precarização do trabalho em Petrolina-PE - Vale do rio São Francisco. **Revista Pegada**. v. 21. n.2, p.66-84 mai.-ago., 2020. Disponível em: < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7333/pdf> >. Acesso: 21 de março de 2021.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere: Introdução a filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. (Edição Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira e Luiz Henriques) Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **Os Sentidos do Mundo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HOLLOWAY, J. **L rosa roja de Nissan y otros escritos**. La Paz: Textos Rebeldes, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K. **O Capital: Contribuição à Crítica da Economia Política**. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, I. **O Desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo Boitempo, 2007.
- MESZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma religião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- MOREIRA, E. **Por um pedaço de Chão**. João Pessoa: Universitária, 1997.
- OLIVEIRA, R. S. **Entre o Estado, o mercado e a reprodução social: organização dos pequenos produtores do Polo irrigado Petrolina/Juazeiro**. Dissertação de mestrado em Geografia. Orientadora: Dra. Josefa de Lisboa Santos. Aracaju: UFS, 2011.
- RIGOTTO; R.M; AGUIAR, A, C. P; RIBEIRO, L, A. D. (org.) **Tramas para a Justiça Ambiental: Diálogo de Saberes e Práxis emancipatórias**. Fortaleza: UFC, 2018.
- SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. In Estudos CEBRAP n. 26. São Paulo: Ed. Vozes, 1980. p. 41-80
- SOUZA, R. A. D. **O Agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e da subtração da riqueza da produção**. Orientadora: Dra. Alexandrina Luz Conceição. Aracaju: UFS, 2013.
- SOUZA, R. A. D. O ESTADO E A PARCERIA PÚBLICA PRIVADA NO ESPAÇO RURAL. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 16, n. 2, 2016. DOI: 10.33026/peg.v16i2.3758. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3758>. Acesso em: 28 out. 2022.
- THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 997p. Tese (Livre Docência em Geografia). Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciência e Tecnologia - UNESP-FCT, Campus de Presidente Prudente-SP, 2009.
- THOMAZ JUNIOR, A. **Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 307-329, out. 2011.
- THOMAZ JUNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANA NETO, J. L. (Org.) **Uma Geografia em movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. pp. 473-504.
- THOMAZ JUNIOR. **Se camponês se operário. Geografia e Trabalho no Século XXI – Vol. 2**. 2010a.

THOMPSON, E. **A formação da Classe operária inglesa: A árvore da liberdade I.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, E. **Costumes em comum: estudos sobre cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

THOMPSON, E. **Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Rio de Janeiro: zahar, 1981.

Submetido em novembro de 2022

Aceito em janeiro de 2023